
Espaços alternativos em Lisboa e a resistência à gentrificação

Alternative spaces in Lisbon and the resistance to gentrification

Raquel Rego, João Braga Lopes, Mateus Sadock e Ana Estevens



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/etnografica/13219>

DOI: 10.4000/etnografica.13219

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 163-168

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Raquel Rego, João Braga Lopes, Mateus Sadock e Ana Estevens, «Espaços alternativos em Lisboa e a resistência à gentrificação», *Etnográfica* [Online], 27(1) | 2023, posto online no dia 03 março 2023, consultado o 08 março 2023. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/13219> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.13219>



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional - CC BY-NC 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Espaços alternativos em Lisboa e a resistência à gentrificação

Raquel Rego, João Braga Lopes,

Mateus Sadock e Ana Estevens

Entre o início da crise financeira (2007-08) e a crise pandémica (2020-), Lisboa estava no auge como destino turístico europeu da moda. Nesse período, numa singular concentração na capital portuguesa, associações e outros coletivos proliferaram como espaços alternativos, imbricando ação política e cultural. Neste dossiê, através de uma metodologia qualitativa de pendor etnográfico, mostramos que estes espaços configuram um modelo de desenvolvimento urbano próprio. Se, desde os anos 1970, os espaços alternativos têm desempenhado um papel de resistência à gentrificação em vários países ocidentais, o caso de Lisboa sobressai pelo contraste com um contexto nacional de fraca participação cívica.

PALAVRAS-CHAVE: marca Lisboa, gentrificação, espaços alternativos, participação cívica, cultura, resistência.

Alternative spaces in Lisbon and the resistance to gentrification ♦ Between the start of the financial crisis (2007-08) and the pandemic crisis (2020-), Lisbon was at its peak as a fashionable European tourist destination. During this period, in a singular concentration in the Portuguese capital, associations and other collectives proliferated as alternative spaces, overlapping political and cultural action. In this dossier, through a qualitative methodology of ethnographic nature, we show that these spaces form a model of urban development of their own. If, since the 1970s, alternative spaces have played a role in resisting gentrification in several western countries, the case of Lisbon stands out for its contrast with a national context of weak civic participation.

KEYWORDS: Lisbon brand, gentrification, alternative spaces, civic participation, culture, resistance.

REGO, Raquel (raquel.rego@ics.ulisboa.pt) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal. ORCID: orcid.org/0000-0002-7342-8695.

LOPES, João Braga (jobralopes@gmail.com) – Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7884-6650>.

SADOCK, Mateus (mateus.sadock@gmail.com) – Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0003-0566-7405.

ESTEVENS, Ana (anaestevens@campus.ul.pt) – Centro de Estudos Geográficos e Laboratório Associado Terra, IGOT-UL, Portugal. Orcid.org/ 0000-0001-8594-3873.

INTRODUÇÃO

Este dossiê resulta de um encontro feliz no âmbito do XII Congresso Português de Sociologia, ocorrido em março de 2021, quando alguns comunicantes convergiram na apresentação de estudos desenvolvidos em torno de um mesmo fenómeno social, os espaços alternativos em Lisboa durante o período de austeridade que sucede à crise financeira de 2007-2008.¹ Alargando-se, posteriormente, a investigadores de outras disciplinas científicas com o mesmo objeto de estudo, este dossiê assume um duplo intuito. Por um lado, compilar estudos sobre os espaços alternativos em Lisboa e sobre as dinâmicas urbanas que lhes estão associadas, permitindo, assim, uma mais profícua acumulação e sistematização do conhecimento. Por outro lado, dar visibilidade a estes espaços na medida em que configuram um modelo de desenvolvimento urbano próprio, entretanto desafiado pela crise pandémica da Covid-19, iniciada em 2020, que de resto obrigou à reestruturação e até ao encerramento de alguns deles.

Através do método qualitativo e, muito em particular, de uma abordagem etnográfica que combina estratégias de recolha de dados (Jerolmack e Khan 2017), como observação participante, entrevistas, análise documental ou, ainda, investigação-ação ou colaborativa, todos os artigos adotam um olhar próximo do objeto, levando a cabo uma análise em profundidade que traz ao de cima o que já se conhece (Mauss 2002 [1926]). Todos os artigos se debruçam sobre o que Mauss (2002 [1926]) chamou formas secundárias de organização social, centrando-se num ou em vários espaços, comparando ou construindo teoricamente a partir do terreno. O objetivo transversal é compreender as dinâmicas internas destes espaços e a sua relação com o contexto, pois é ao contribuir para produzir práticas e valores alternativos ao modelo hegemónico que podemos dizer que estes espaços proporcionam um modelo de desenvolvimento próprio. Esta é uma tarefa eminentemente qualitativa e, como é próprio da etnografia, terá a ganhar ao ser encarada como uma construção colaborativa de conhecimento entre o investigador e o objeto de estudo (Campbell e Lassiter 2015), um conhecimento construído no diálogo e na imersão do investigador no terreno. Assim, a etnografia indutiva (Jerolmack e Khan 2017) permite-nos conhecer, com riqueza e nuances, as dinâmicas de resistência e de criação de laços em comunidades que de outro modo estariam invisibilizadas.

Este dossiê, dirigido à comunidade académica mas também a um público mais amplo, surge, assim, como oportuno. Têm sido publicados estudos em torno de temas contíguos, designadamente nesta mesma revista um dossiê duplo foi dedicado à etnografia urbana e às práticas artísticas (Ferro e

1 Os organizadores agradecem os comentários e sugestões recebidos quer dos revisores anónimos dos artigos quer da Comissão Editorial / diretor, que muito contribuíram para melhorar o dossiê.

Gonçalves 2018; Costa 2018) e diversos artigos têm vindo a lume sobre arte urbana e desenvolvimento territorial, salientando o papel dos apoios institucionais (Campos, Abalos Júnior e Raposo 2021; Veiga-Gomes 2017), ou a arte como produtora de uma geografia política na cidade neoliberal (Señorans 2021). Ora, se estes estudos incidem sobre casos nacionais e internacionais, o presente dossiê opta por se centrar num mesmo espaço urbano para melhor abarcar a diversidade e a complexidade que nele se encerra. Inovamos ao alertarmos para as mútuas influências entre arte, cidade e ativismo, em particular nas organizações sem fins lucrativos, sem apoio institucional, e num mesmo espaço urbano.

Estas organizações são espaços alternativos, isto é, associações, cooperativas, coletivos, grupos, no fundo organizações mais ou menos formais, cujo principal fim não é o lucro e que são, muitas vezes, independentes de qualquer apoio dos poderes públicos, contrariando uma tendência nacional (Campos, Abalos Júnior e Raposo 2021; Veiga-Gomes 2017). Elas acolhem a experimentação artística e alojam a ação política “subterrânea” na mobilização pelo direito à cidade. São espaços alternativos por três razões principais. Primeiro, promovem sociabilidades desmercantilizadas, não sendo nunca apenas de prestação de serviços, mas “organizações híbridas” (Doherty, Haugh e Lyon 2014). Segundo, apresentam agendas culturais e de participação cívico-política que se contrapõem à oferta institucional, dominante e decidida de cima para baixo (*top-down*). Terceiro, tendem muitas vezes à autogestão: internamente são horizontais, democráticos e comuns (Dardot e Laval 2017). Estes espaços alternativos diferem, assim, dos espaços convencionais no tipo de motivações que atraem e mobilizam os seus participantes, por exemplo ao adotarem um foco mais comunitário e preocupado com a criação de laços de solidariedade e opondo-se à cidade neoliberal pautada pelo individualismo. Podemos dizer que neles perpassa uma maior fluidez entre “produtores” e “consumidores” dos bens e serviços a serem usufruídos.

Estes espaços questionam, por conseguinte, o padrão de participação cívica fraca no qual Portugal era enquadrado no advento do século XXI, nomeadamente quando comparada a sua participação associativa com a de outros países europeus (Eurostat 2005). As taxas de participação sindical e de mobilização para greves e manifestações são comparativamente baixas neste país, como revelam diversas bases de dados internacionais (European Social Survey, Poldem, V-Dem, etc.). Mas, ao longo de quase 50 anos de regime democrático, a participação cívica e política sofreu variações que complexificam a análise do padrão em que Portugal foi inserido: desde o dinamismo das comissões de moradores do pós-25 de Abril de 1974 (Pinto 2013) às mobilizações da chamada “geração à rasca” na oposição às medidas de austeridade impostas pela *Troika* (composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) para resgate financeiro do país, entre 2011 e

2014. Neste sentido, alguns estudos mostram as ações de protesto no país de “brandos costumes” e o surgimento de novos sujeitos políticos (Accornero e Pinto 2015; Lima e Martin Artiles 2018). No entanto, poucos estudos adotam uma análise micro destas ações, perdendo de vista a forma como elas se diluem na informalidade e em dinâmicas de liminaridade associadas à estetização do quotidiano (Costa 2018). Este dossiê pretende justamente contribuir para colmatar essa lacuna.

Ao nos focarmos na cidade de Lisboa, detemo-nos no epicentro destas ações. A capital tem passado por diversas transformações que se refletem na forma como o espaço urbano está a ser apropriado e mercantilizado. Os espaços alternativos são um bom exemplo para percebermos estas mudanças. Começando por se instalar em áreas urbanas maioritariamente degradadas e com rendas mais baratas, eles atraíram estudantes, turistas e novos utilizadores, contribuindo para a mudança da imagem destes lugares (Estevens 2017; Veiga-Gomes 2017). Esta nova imagem influenciou o mercado imobiliário e estimulou a abertura de novos estabelecimentos comerciais, que se adaptaram rapidamente a um novo público e a novas preferências de consumo. Torna-se, assim, evidente o contributo, mesmo que não intencionado, destes espaços alternativos para a regeneração dos lugares e para processos de gentrificação. Se num primeiro momento se assiste a uma fase de gentrificação marginal, em que há uma mistura social, emancipação, criatividade e solidariedade comunitária (Caulfield 1989), rapidamente se passa para outra fase, na qual os projetos públicos de regeneração urbana e/ou as iniciativas privadas de reabilitação, quer imobiliária, quer comercial e de serviços, se apropriam do que foi produzido na fase anterior e incentivam práticas alternativas. O valor dos imóveis aumenta e estes passam a ser vendidos a uma classe social com maior poder económico, com outro estilo de vida e com *habitus* e práticas culturais distintos dos anteriores residentes, fenómeno a que alguns autores chamaram de supergentrificação (Atkinson *et al.* 2017; Mendes e Jara 2018). Os espaços alternativos são, então, rapidamente capturados e comercializados, tornando o processo perverso, pois acabam por ser expulsos perante o aumento das rendas e da pressão exercida pelos proprietários imobiliários (Ley 1996; Zukin 1982) após terem contribuído para regenerar o território. Estes espaços contribuem, portanto, para processos de gentrificação, mas desempenham ao mesmo tempo um papel importante na construção de dinâmicas de resistência coletiva. A luta pelo “direito à cidade” (Lefebvre 1967), um confronto que os mobiliza mas também os fragiliza e desgasta, inscreve-os na ideia de uma “outra” cidade (Marcuse 2009), feita para fruição de todos.

Este dossiê compreende, assim, quatro artigos com material empírico recolhido entre 2018 e 2020. O primeiro intitula-se “Arte e cultura, hegemonia e resistência: uma leitura comparada de diferentes territórios de Lisboa”. Nele, Ana Stevens e André Carmo, na sequência de vários estudos feitos ao longo

dos últimos anos no campo da geografia e do urbanismo, destacam a importância da arte e da cultura como elementos de transformação da cidade contemporânea e as tensões entre visões hegemônicas e de resistência a partir de três territórios: o largo do Intendente, a Colina de Santana e Marvila-Beato. O segundo artigo, “Associações e democracia cultural: proposta de dois ideais-tipo”, é de Raquel Rego. A autora parte do conhecimento dos espaços culturais do bairro dos Anjos para uma proposta teórica em dois tipos que depuram as suas missões, a saber: o cultural entretenimento e o cultural ativista. O terceiro artigo, de Mateus Sadock, centra-se no Covil, nome fictício de um espaço alternativo de Lisboa. “Construindo resistência: etnografia de um centro social autogerido em Lisboa” incide sobre um espaço de tipo “cultural ativista”, para se usar a tipologia de Rego no artigo precedente. O Covil é um espaço anarquista e promotor da resistência à gentrificação, inclusive por via da estética *punk*. O último artigo, de João Braga Lopes e Joana Marques, intitulado “Comuns urbanos em Lisboa: formas de trabalho não mercantilizado em espaços alternativos”, analisa vários espaços comunitários na cidade de Lisboa com o objetivo de compreender as motivações dos seus participantes e as condições em que realizam o seu trabalho, procurando também contribuir para o debate sobre este último conceito.

Ao reunir estes quatro artigos sobre espaços alternativos em Lisboa durante o período de austeridade que sucedeu à crise financeira, este dossiê pretende registar para memória futura a diversidade social e a análise das alternativas que emergem mesmo em tempos adversos.

BIBLIOGRAFIA

- ACCORNERO, Guya, e Pedro Ramos PINTO, 2015, “‘Mild mannered’? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010-2013”, *West European Politics*, 38 (3): 491-515.
- ATKINSON, Rowland, Roger BURROWS, Luna GLUCKSBERG, Hang KEI HO, Caroline KNOWLES e David RHODES, 2017, “Minimum city? The deeper impacts of the ‘super-rich’ on urban life”, in Ray Forrest, Sin Yee Koh e Bart Wissink (orgs.), *Cities and the Superrich: Real Estate, Elite Practices and Urban Political Economies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 253-272.
- CAMPBELL, Elizabeth, e Luke E. LASSITER, 2015, *Doing Ethnography Today: Theories, Methods, Exercises*. Malden, MA, e Oxford: Wiley Blackwell.
- CAMPOS, Ricardo, José Luís ABALOS JÚNIOR, e Otávio RAPOSO, 2021, “Arte urbana, poderes públicos e desenvolvimento territorial: uma reflexão a partir de três estudos de caso”, *Etnográfica*, 25 (3): 681-706.

- CAULFIELD, Jon, 1989, “Gentrification and desire”, *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 26 (4): 617-632.
- COSTA, Pedro, 2018, “Práticas artísticas e espaço urbano: renovando compromissos com a observação etnográfica”, *Etnográfica*, 22 (2): 389-394.
- DARDOT, Pierre, e Christian LAVAL, 2017, *Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- DOHERTY, Bob, Helen HAUGH, e Fergus LYON, 2014, “Social enterprises as hybrid organizations: a review and research agenda”, *International Journal of Management Reviews*, 16 (4): 417-436.
- ESTEVENS, Ana, 2017, *A Cidade Neoliberal: Conflito e Arte em Lisboa e em Barcelona*. Lisboa: Deriva e Outro Modo.
- EUROSTAT, 2005, *The Social Situation in the European Union, DG Employment and Social Affairs*. Disponível em < <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-statistical-books/-/KE-AG-04-001> > (última consulta em janeiro de 2023).
- FERRO, Lúgia, e Renata de Sá GONÇALVES, 2018, “Etnografias urbanas: explorando as cidades contemporâneas: introdução”, *Etnográfica*, 22 (2): 305-310.
- JEROLMACK, Colin, e Shamus KHAN, 2017, “The analytic lenses of ethnography”, *SOCIUS-Sociological Research for a Dynamic World*, 3: 1-11.
- LEFEBVRE, Henri, 1967, “Le droit à la ville”, *L’homme et la société*, 6: 29-35.
- LEY, David, 1996, *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.
- LIMA, Maria da Paz, e Antonio MARTIN ARTILES, 2018, “Social protests, discontent and politics in southern and eastern Europe: trends, patterns and polarization”, *Transfer: European Review of Labour and Research*, 24 (2): 195-215.
- MARCUSE, Peter, 2009, “From critical urban theory to the right to the city”, *City*, 13 (2-3): 185-197.
- MAUSS, Marcel, 2002 [1926], *Manuel d’Ethnographie*. Paris: Payot.
- MENDES, Luís, e Ana JARA, 2018, “Supergentrificação e capitalismo financeirizado: as novas fronteiras do espaço-capital na Colina de Santana, Lisboa”, *Cadernos Metrópole*, 20 (43): 769-796.
- PINTO, Pedro Ramos, 2013, *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*. Manchester, Nova Iorque: Manchester University Press.
- SEÑORANS, Dolores, 2021, “Militancia y estéticas políticas en la ciudad neoliberal”, *Etnográfica*, 25 (2): 405-427.
- VEIGA-GOMES, Hélène, 2017, “Changer l’image de la ville: Le projet de la place d’Intendente à Lisbonne”, *Revue des Sciences Sociales*, 57. Disponível em < <http://journals.openedition.org/revss/359> > (última consulta em janeiro de 2023).
- ZUKIN, Sharon, 1982, *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.

Receção da versão original / Original version	2022/01/31
Receção da versão revista / Revised version	2023/01/23
Aceitação / Accepted	2023/01/25